



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais

| | | |
|---|--|--------------------------------------|
| EDITAL - Pregão Eletrônico nº 90009/2026 | | |
| O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração-SEMA, através da Gerente de Pregões e dos Pregoeiros designados pelo Decreto Municipal nº 964/2022 , bem como pelo titular da Pasta, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, em data e horário indicados neste preâmbulo, regida, quanto às normas gerais, pela Lei n.º 14.133/2021 e pela Lei Complementar n.º 123/2006 e, quanto às normas não-gerais, pelo Decreto Municipal nº 963/2022 e Decreto Municipal nº 966/2022 , considerando todas as suas alterações e legislação específica. | | |
| OBJETO | | |
| Fornecimento de medalhas, troféus e placas em acrílico, incluindo serviços de design, produção sob demanda, personalização e logística especializada, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, nos termos das condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos | | |
| (Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.) | | |
| VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL | | |
| R\$ 90.121,65 , conforme tabela indicativa de itens, anexo I do TERMO DE REFERÊNCIA. | | |
| EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/COMPATIBILIDADE | EXIGÊNCIA DE MODELO E/OU MARCA | VEDAÇÃO DE MODELO OU MARCA |
| NÃO | NÃO | NÃO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | REQUISITO DE PARTICIPAÇÃO | |
| MENOR PREÇO POR ITEM | EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS | |
| SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO | | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | www.gov.br/compras/pt-br | |
| CADASTRO DE PROPOSTA ELETRÔNICA A PARTIR DE: | 13/05/2026 | 08h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF) |
| ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: | 26/05/2026 | 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF) |
| MODO DE DISPUTA: | ABERTO/FECHADO | |
| UNIDADE SOLICITANTE | PROCESSO ADMINISTRATIVO | |
| Secretaria Municipal de Educação | 25.24.000021514-5 | |
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
| 2026.1750.12.361.0098.2017.33903000 101 526 1500 1001 2026.1750.12.365.0065.2014.33903000 101 526 1500 1001 2026.1750.12.366.0098.2168.33903000 101 526 1500 1001 2026.1750.12.367.0098.2080.33903000 101 526 1500 1001 | | |
| ANEXO(S) AO EDITAL | | |
| ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA | ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO | |
| CONTATO E ENDEREÇO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL | | |
| ENDEREÇO: Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, térreo, Goiânia, Goiás, CEP 74884-900. E-MAIL: semad.gerpre@goiania.go.gov.br . | | |

SUMÁRIO[CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)[CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA](#)[CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA](#)[CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES](#)[CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES](#)[CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS](#)[CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO](#)[CAPÍTULO VIII – DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA](#)[CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO](#)[CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA](#)[CAPÍTULO XI – DO RECURSO](#)[CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO](#)[CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES](#)[CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)[CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)[CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018](#)[CAPÍTULO XVII – DO FORO](#)[ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA](#)[ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA](#)[ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO](#)**CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

1.1 Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de *login* e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos junto ao Portal de Compras do Governo Federal, observando que:

1.1.1 O credenciamento é realizado exclusivamente de forma digital pelo Portal de Compras do Governo Federal, no endereço www.gov.br/compras/pt-br;

1.1.2 É necessário utilizar um certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para completar o credenciamento;

1.1.3 Ao finalizar o processo, será atribuída à licitante uma chave de identificação e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao sistema eletrônico do portal.

1.2 A licitante é responsável por verificar a precisão de seus dados cadastrais no SICAF e por mantê-los atualizados, corrigindo ou alterando qualquer informação imediatamente após detectar erros ou desatualizações.

1.3 Responsabilidades e isenções no credenciamento e uso do sistema:

1.3.1 A SEMAD não é unidade cadastradora/credenciadora. Dúvidas devem ser dirigidas à [Central de Atendimento](#) do Portal de Compras do Governo Federal;

1.3.2 Não cabe à SEMAD qualquer responsabilidade por eventuais perdas de negócios decorrentes de problemas técnicos ocorridos entre o licitante e o provedor do sistema Compras.gov.br.

1.3.3 É de responsabilidade da licitante:

a) Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

b) Remeter nos prazos estabelecidos, exclusivamente via sistema eletrônico, a proposta, os documentos de habilitação e, quando necessário, os documentos complementares.

c) A veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.

- d) Todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- e) Acompanhar a sessão pública do Pregão em todas as suas fases e etapas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de prazos e/ou negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens/avisos/publicidades emitidas pelo agente de contratação ou equipe de apoio ou diante de sua desconexão do sistema.
- f) Todos os eventuais custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta e demais documentações exigidas em razão da presente licitação.
- g) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

1.4 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo do objeto contratado, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

1.5 Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem em quaisquer das seguintes situações:

1.5.1 Não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.5.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

1.5.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.5.4 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, direta ou indiretamente, inclusive na fase de execução contratual, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria., conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.4.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

1.5.5 Estejam elencados no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

1.5.5.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta:

- a) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital;
- b) Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Goiânia;
- c) Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Goiânia;
- d) Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

1.5.5.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.5.5.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

1.5.5.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.5.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.5.7 Encontrem-se em processo dissolução ou liquidação;

1.5.8 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

1.6 Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante (salvo aqueles que, por sua natureza, se referirem ao objeto licitado em si) e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou por esta Prefeitura Municipal de Goiânia, quando for o caso.

1.7 As publicações, avisos e mensagens inerentes ao presente certame ocorrerão nos seguintes meios, conforme o caso de acordo com a legislação pertinente:

- a) Diário Oficial Eletrônico do Município de Goiânia, consultado através do sítio <https://www.goiania.go.gov.br/>;
- b) No sítio desta Prefeitura, pelo endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/;
- c) No sistema eletrônico de licitações provido pelo Governo Federal, pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, através dos avisos inseridos para este certame, vinculado à **UASG 926748**.
- d) Jornal diário de grande circulação.

- 1.8** Será considerada mera faculdade da Secretaria Municipal de Administração o encaminhamento de informações complementares às licitantes, seja por e-mail, telefone ou postal.
- 1.9** Quaisquer interessados neste pregão poderão adquirir gratuitamente o edital nos portais indicados nas alíneas b e c do item 1.7 deste edital, bem como no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](#).
- 1.10** A ausência de envio integral das documentações requeridas à licitante a cada fase do certame implicará na sua desclassificação ou inabilitação, conforme o caso, resguardadas as situações em que for cabível a realização de diligências conforme hipóteses previstas neste edital.
- 1.11** A Plataforma COMPRAS GOVERNAMENTAIS disponibiliza página para esclarecimento das licitantes acerca do cadastramento e do uso do sistema eletrônico de licitações, através do endereço: [Fornecedor — Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#)

CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA

- 2.1** Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 2.2** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 2.3** A licitante deverá **preencher**, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:
- 2.3.1 De condições de participação:**
- a) Sobre ciência do edital;
 - b) Sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.
- 2.3.2 Para fins de habilitação:**
- a) Sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
 - b) Sobre inexistência de impedimento à habilitação;
 - c) Sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
 - d) Sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - e) Sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
 - f) Sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante.
- 2.4** A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.
- 2.5** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 2.6** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 2.7** O cadastramento inicial da proposta de preços de cada licitante **se restringe ao preenchimento do formulário eletrônico em sistema**, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.
- 2.8** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, sob pena de desclassificação, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital, como:
- 2.8.1** Valor unitário e total do item ou lote;
- 2.8.1.1** O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.
- 2.8.1.2** Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.
- 2.9** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 2.9.1** O licitante deverá estar ciente que a marca e o modelo indicados em proposta de preços ajustada deverão ser iguais àqueles originalmente cadastrados em sistema antes da disputa eletrônica, sob pena de desclassificação.
- 2.9.2** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 2.9.3** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 2.10** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 2.11** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 2.13** Independentemente do percentual de tributo indicado, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 2.14** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 2.15** Os licitantes devem respeitar os preços unitários e totais máximos estabelecidos neste edital.
- 2.16** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 2.17** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 2.18** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 2.19** Após o início da sessão pública, não cabe mais a desistência da(s) proposta(s) ofertada(s) em sistema, nem a inclusão, substituição ou retirada de arquivos.

CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA

- 3.1** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo agente de contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").
- 3.3** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 3.4** Se ocorrer a desconexão do agente de contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 3.5** No caso de a desconexão do agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.6** O agente de contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES

- 4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.

CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES

- 5.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.3** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.4** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.5** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será *de 1% (um por cento)*.
- 5.6** O licitante poderá, uma **única vez, excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.7** A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “aberto e fechado”** no qual, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.7.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 5.7.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.7.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.7.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.8** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.9** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.10** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.11** No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14** Empatadas as propostas iniciais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada, aplica-se sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo [Decreto Municipal 2.469/2024](#).
- 5.14.1** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

- 6.1** Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 46 da Lei Complementar nº 123/2006, **salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.
- 6.2** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.
- 6.3** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.3.1** Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.3.1.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- 6.3.1.2** Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.3.1.3** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.
- 6.4** Caso seja constatado, de ofício ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.
- 6.5** Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas contratações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 7.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.3** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.
- 7.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes, através do CHAT de mensagens, que fará parte dos autos do processo licitatório através da juntada do Termo de Julgamento.
- 7.5** Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VIII - DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1.** SICAF;
- 8.1.2.** Lista dos impedidos de licitar e contratar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO;
- 8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.4.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 8.1.5.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6 deste edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores unitários e globais máximos estipulados para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 O agente de contratação solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II deste Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

8.7.1 O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação, por igual período, mediante solicitação formal e justificada de prorrogação por parte da licitante.

8.7.1.1 Preço final expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusive os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver;

8.7.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo agente de contratação.

8.7.3 As propostas terão validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

8.7.3.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.8 Será desclassificada a proposta que:

- 8.8.1** Contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5** Apresentar indicativo de alternativa(s) de modelo, marca (fabricante) e/ou de preço;
- 8.8.6** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9 O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

8.10 Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

8.12 Nos bens comuns, será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.12.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos **neste edital e no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. As empresas Licitantes deverão apresentar os documentos especificados a seguir:

I - Documentação relativa à habilitação jurídica;

II - Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;

III - Documentação relativa à qualificação técnica

9.3.1 A HABILITAÇÃO JURÍDICA deverá ser apresentada conforme o enquadramento legal da empresa, consistindo em:

a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) **No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) **No caso de ser a participante filial, sucursal ou agência:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

f) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização.

9.3.2 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos/certidões:

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.**

b) **Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal,** do domicílio ou sede da licitante.

c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal,** inclusive INSS.

d) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),** mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.**

f) **Prova de regularidade fiscal perante o Município de Goiânia,** por meio da apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 108 do Código Tributário Municipal.

9.3.3 A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser comprovada mediante apresentação dos documentos exigidos no **item 8.4.3 do Termo de Referência**, ANEXO I deste edital.

DEMAIS REGRAMENTOS

9.4 Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

9.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 9.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de contratação.

9.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.5 A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

- 9.5.1** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
- 9.5.1.1** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Pregões, no prazo estipulado pelo Agente de contratação.
- 9.6** Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação de que trata o item 9.4, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, ressalvada a possibilidade de realização de diligência, mediante decisão fundamentada do agente de contratação, destinada exclusivamente a:
- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - b) Permitir a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
 - c) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.
- 9.7** Para apresentação de documentos complementares ou substitutivos, conforme previsto no item anterior, o pregoeiro convocará a licitante para o encaminhamento da respectiva documentação por meio do campo próprio de “anexos” do sistema eletrônico, observadas as seguintes condições:
- 9.7.1** O prazo para envio da documentação será de, no mínimo, **02 (duas) horas**, contado da convocação realizada no sistema eletrônico, podendo ser **prorrogado de forma motivada pelo Agente de Contratação**, conforme as circunstâncias do caso concreto, ou mediante **solicitação formal e justificada da licitante**.
- 9.7.2** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será computado o tempo de suspensão da sessão eventualmente realizada pelo agente de contratação.
- 9.7.3** O não envio da documentação complementar no prazo estabelecido, ou após eventual prorrogação concedida, implicará a **inabilitação da licitante**, sem prejuízo da **apuração de eventual infração administrativa**, nos termos deste edital e da Lei nº 14.133/2021.
- 9.8** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.
- 9.8.1** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8.2** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.
- 9.9** Para fins de verificação das condições de habilitação, o agente de contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.
- 9.10** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.10.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 9.10.2** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.11** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.
- 9.11.1** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 10.1** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
- 10.2** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XI – DO RECURSO

- 11.1** Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 11.1.1** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).
- 11.1.2** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 11.1.3** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.
- 11.2** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 11.2.1** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 11.3** O agente de contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 3 dias úteis e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à Autoridade Superior para julgamento do recurso, o qual deve proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.4** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.1.3 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES

13.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13.2 A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.

13.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 advertência;

13.3.2 multa;

13.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

13.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

13.4.5 A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

13.5 A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.5.1 Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

13.5.2 Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.5.3 Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

13.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:

13.6.1 Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.6.2 Inexecução total do contrato nas hipóteses:

13.6.2.1 Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

13.6.2.2 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

13.6.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de contratação(a) durante o certame;

13.6.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.6.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

13.6.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

13.7.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.7.2 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.7.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.7.3.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.7.3.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.7.3.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.7.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

13.7.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.8 A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:

13.8.1 Para as infrações previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.8.2 Para as infrações previstas nos **itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.3**, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

13.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.10 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.11 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.

13.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.17 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/.

13.18 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa ou licitante poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão, ou solicitar **esclarecimentos** acerca dos seus termos e condições, no prazo de até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

14.1.1 A petição deverá ser dirigida ao agente de contratação responsável pela condução do certame, podendo ser encaminhada na forma eletrônica, através do e-mail: semad.gerpre@goiania.go.gov.br, até as 23:59h do último dia do prazo.

14.1.2 O interessado deverá enviar o arquivo da petição por e-mail, em formato editável (ex.: Microsoft Word, LibreOffice etc.) ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar a(o) agente de contratação inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.gov.br/compras/pt-br.

14.2 As impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser datados e assinados pelo postulante ou pelo seu representante legal, sob pena de não conhecimento.

14.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao agente de contratação decidir no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e somente ocorrerá mediante decisão motivada pelo(a) agente de contratação(a) nos autos do processo de licitação.

14.3.2 O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e suas respostas vincularão os participantes e a Administração.

14.3.3 O pedido de impugnação e/ou de esclarecimento deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes requisitos, **sob pena de não conhecimento**:

14.3.3.1 Para subscritor pessoa física:

- a) Identificação do postulante, com indicação de nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB;
- b) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

14.3.3.2 Para subscritor pessoa jurídica:

- a) Qualificação do postulante, com indicação de razão social e número de cadastro junto ao CNPJ/RFB;
- b) Nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB do representante legal;
- c) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

14.4 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas em meio eletrônico, através do Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Goiânia, no endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e do Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.gov.br/compras/pt-br (UASG **926748** e conforme o número deste edital).

14.5 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo(s) mesmo(s) instrumento(s) de publicação original(ais), com consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O sistema emitirá termo de julgamento, por item, ao final da sessão.

15.2 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

15.3 É facultado ao agente de contratação, à autoridade a ele superior e às áreas técnicas competentes da Secretaria Municipal de Administração, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.3.1 Fica facultado à SEMAD, através da área técnica competente, realizar diligências técnicas necessárias à validação das documentações, declarações e/ou informações ofertadas em quaisquer das fases da licitação e/ou contratação, inclusive junto ao(s) fabricante(s), quando for o caso.

15.3.2 A invalidação de quaisquer documentações, declarações e/ou informações, pela área técnica, implicará na exclusão do licitante/adjudicatário do procedimento licitatório, de acordo com a fase em que este se encontrar (aceitação da proposta, habilitação ou contratação).

15.4 O pregão poderá ser suspenso temporariamente pelo(a) agente de contratação, quantas vezes forem necessárias, desde que conferida prévia comunicação às licitantes mediante publicidade no sítio eletrônico desta Prefeitura https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e no Compras.gov.br.

15.5 O(s) proponente(s) intimado(s) para prestar quaisquer esclarecimentos ou realizar quaisquer diligências adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.6 A homologação do resultado da presente licitação não vincula uma subsequente contratação, podendo a Instituição revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, ou anula-lo, por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, publicando o resumo da decisão no Diário Oficial do Município de Goiânia, para conhecimento amplo dos participantes da licitação.

15.7 Os casos omissos que porventura forem detectados neste Edital serão resolvidos pelo Agente de contratação, com base na legislação em vigor.

15.8 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

- 16.1** É vedada à SEMAD e ao licitante vencedor a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal,
- 16.2** O Licitante vencedor declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela SEMAD.
- 16.3** O licitante vencedor fica obrigado a comunicar à SEMAD, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 16.4** O licitante vencedor cooperará com a Secretaria Municipal de Administração no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.
- 16.5** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato.

CAPÍTULO XVII – DO FORO

17.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RUTY MARIA DOS SANTOS
Gerente de Pregões

ADONIDIO NETO VIEIRA JUNIOR
Secretário Municipal de Administração interino

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada no fornecimento de medalhas, troféus e placas em acrílico, que incluirá serviços de design, produção sob demanda, personalização e logística especializada, conforme as especificações detalhadas neste Termo de Referência e nos anexos técnicos. O objetivo é atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia para premiação em diversos programas educacionais e culturais.

| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-------|--------------------------|--|----------------|---------------|
| 1 | unid | 150 | Troféu (placa) em acrílico na medida de 20 x 15 cm com base 15 x 5 cm e 3 mm de espessura, impressão digital em cores e personalizada com a logomarca da Prefeitura de Goiânia e do Programa Saúde na Escola. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 24,00 | R\$ 3.600,00 |
| 2 | unid | 1400 | Troféu em acrílico transparente personalizado com 15 cm de altura, 15 cm de largura e 3 mm de espessura, base 15 x 5 cm, impressão digital em cores e personalizada com logomarca da Prefeitura de Goiânia. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 24,69 | R\$ 34.566,00 |

| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
|---------------------------------|-------|--------------------------|---|----------------------|---------------|
| 3 | unid | 20 | Placas em acrílico transparente personalizada e impressão digital em cores, com 210 x 297 mm e 3 mm de espessura, contendo furos nas quatro extremidades para anexação em parede. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 125,00 | R\$ 2.500,00 |
| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
| 4 | unid | 45 | Troféus personalizados em acrílico (sendo 15 de ouro, 15 de prata e 15 de bronze), corte a laser com acabamento em impressão digital colorida e personalizada com logomarca da Prefeitura. Dimensões: Altura – Entre 25 cm e 30 cm; Base – Entre 10 cm a 15 cm de comprimento e 7 cm a 10 cm de largura; Espessura – entre 5 mm a 10 mm. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 46,57 | R\$ 2.095,65 |
| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
| 5 | unid | 2000 | Medalhas de ouro personalizado em acrílico, corte a laser com impressão digital em cores. Dimensão: 7cm a 10cm de diâmetro. Fita de cetim com, no mínimo, 2 cm de largura. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 8,04 | R\$ 16.080,00 |
| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
| 6 | unid | 2000 | Medalhas de prata personalizado em acrílico, corte a laser com impressão digital em cores. Dimensão: 7cm a 10cm de diâmetro. Fita de cetim com, no mínimo, 2 cm de largura. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 7,97 | R\$ 15.940,00 |
| Item | Unid. | Qtde Exclusiva p/ ME/EPP | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
| 7 | unid | 2000 | Medalhas de bronze personalizado em acrílico, corte a laser com impressão digital em cores. Dimensão: 7cm a 10cm de diâmetro. Fita de cetim com, no mínimo, 2 cm de largura. (Observação: a arte deverá ser colorida e será anexada ao processo, conforme demanda.) | R\$ 7,67 | R\$ 15.340,00 |
| Valor Total da Licitação | | | | R\$ 90.121,65 | |

1.2. **Natureza do Objeto:** Trata-se de uma contratação de bens e serviços, caracterizada como **fornecimento não contínuo e serviço não contínuo**. Embora a demanda por premiação possa surgir periodicamente para atender eventos específicos ao longo do ano letivo, as premiações e os eventos que demandam esses materiais não são recorrentes ano após ano de forma a configurar um serviço de uso contínuo. A natureza dos itens (medalhas, troféus e placas) e a sua entrega pontual para cada evento, conforme demanda específica, não se enquadram na definição de continuidade. Fundamentação: Conforme classificação expressa no Documento de Formalização da Demanda (Classificação do objeto: Serviço não continuado e Fornecimento não contínuo) (7261774).

1.3. **Quantitativos Estimados:** Os quantitativos a serem adquiridos estão detalhados no item “4. Especificação do Produto e Quantitativos deste Termo de Referência”.

1.4. **Prazo de Vigência do Contrato:** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. **Possibilidade de Prorrogação:** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses. **Não haverá possibilidade de prorrogação** baseada na natureza de serviços e fornecimentos contínuos, uma vez que o objeto desta contratação foi classificado como não contínuo. Fundamentação: O Documento de Formalização da Demanda estabelece o prazo de vigência de 1 ano e classifica o objeto como “Serviço não continuado” e “Fornecimento não contínuo” (7261774). Portanto, as prorrogações sucessivas previstas no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, que se aplicam a contratos de serviços e fornecimentos contínuos, não são aplicáveis a esta contratação. Embora o Estudo Técnico Preliminar – ETP – justifique a possibilidade de prorrogação em outra perspectiva, a classificação do DFD prevalece para fins de natureza do contrato. O prazo de vigência está estritamente vinculado à entrega do objeto contratado dentro do período estabelecido.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação é fundamental para a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) cumprir seu papel de organizar, manter e desenvolver o sistema municipal de ensino. Ela visa reconhecer e incentivar alunos participantes e destaques em programas educacionais e culturais, contribuindo para elevar a autoestima dos estudantes, estimular a busca pela excelência e fortalecer o vínculo com a escola. A premiação desses estudantes, por meio do fornecimento de medalhas e troféus, transcende o simples ato de entrega de um objeto. Ela se configura como um elemento pedagógico de fundamental importância. Intrinsecamente ligado aos objetivos educacionais da Secretaria e aos princípios que regem a Educação Básica no Brasil, conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.2. A premiação contribui diretamente para o desenvolvimento de Competências Gerais da Educação Básica, conforme a BNCC, tais como Conhecimento, Repertório Cultural, Autoconhecimento e Autocuidado, Empatia e Cooperação, e Responsabilidade e Cidadania, conforme Detalhado no ETP (7261822).

2.3. A necessidade de contratação de uma empresa especializada decorre da ausência de estrutura interna, equipamentos ou expertise da SME para produzir esses itens em quantidade, com a qualidade, variedade e personalização exigidas pelos diversos eventos (jogos, feiras, concursos, reconhecimento de desempenho).

2.4. A contratação visa atender a diversos programas e eventos realizados pela SME ao longo do ano letivo, como olimpíadas de conhecimento, mostras culturais, competições esportivas, concursos de redação e projetos de destaque, conforme mencionado no DFD (7261774).

2.5. Esta fundamentação é elaborada em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021, e remete integralmente ao Estudo Técnico Preliminar anexo ao processo, que evidencia a viabilidade técnica e econômica da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Descrição da Solução Como um Todo:** A solução planejada envolve a contratação de uma empresa especializada capaz de oferecer um serviço completo de fornecimento de materiais de premiação. Isso abrange desde o design e a produção sob demanda, com alta capacidade de personalização de acordo com as especificações da SME, até a logística especializada de entrega no local e prazo definidos. A empresa contratada deverá gerenciar todo o ciclo de vida do objeto, garantindo que os produtos entregues não sejam apenas bens, mas representem o reconhecimento do mérito e a valorização das ações educacionais promovidas pela Secretaria.

3.2. Requisitos Gerais da Contratação:

3.2.1. **Variedade de Modelos:** A empresa deverá ser capaz de oferecer e produzir itens em diferentes tamanhos, formatos, materiais (predominantemente acrílico, mas podendo ser sugeridas alternativas se vantajosas e aprovadas) e acabamentos, para adequar os prêmios à relevância e ao tipo de cada evento e modalidade.

3.2.2. **Personalização Detalhada:** Obrigatoriamente, os itens deverão incluir logotipos da Prefeitura de Goiânia e da Secretaria Municipal de Educação (e de programas específicos, como o "Saúde na Escola" quando aplicável), nomes específicos dos eventos, datas, categorias (exemplo: 1º Lugar, Participação, Destaque), e, em muitos casos, a gravação individualizada dos nomes dos alunos ou equipes premiadas. As artes para personalização serão fornecidas pela SME, conforme demanda.

3.2.3. **Qualidade e Durabilidade:** Os produtos deverão possuir alta qualidade estética e material, dignificando o reconhecimento e servindo como lembrança duradoura da conquista, resistindo ao tempo e ao manuseio.

3.2.4. **Prazos Rígidos e Variáveis:** O fornecimento deverá ocorrer em prazos específicos, muitas vezes curtos e com datas de entrega distintas ao longo do ano, para coincidir com o cronograma de realização das diversas cerimônias de premiação. A pontualidade é crucial para o sucesso dos eventos.

3.2.5. **Logística de Entrega:** A entrega dos materiais deverá ser realizada na **Gerência de Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura de Goiânia, localizada na Rua 74, número 522, quadra 129, Setor Central, CEP: 74.045.020, Goiânia/GO**. Os detalhes sobre as quantidades e datas de cada remessa serão especificados em Ordens de Serviço, conforme necessidade e cronograma da Secretaria, e o contratado deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos. Fundamentação: Conforme Art. 40, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige a indicação do local de entrega.

3.2.6. **Vedação à Participação em Consórcio:** A participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio **não será permitida** nesta licitação. Esta vedação se fundamenta na natureza e complexidade do objeto a ser contratado, bem como na necessidade de otimização da gestão contratual e na maximização da responsabilidade direta. Conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação de consórcio é permitida desde que devidamente justificada no processo licitatório. Neste contexto, a justificativa para vedação se baseia nos seguintes pontos:

3.2.6.1. **Simplicidade e Padronização do Objeto:** O objeto da contratação envolve o fornecimento de medalhas, troféus e placas em acrílico, trata-se de bens e serviços com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e personalizações específicas. A complexidade envolvida não exige a combinação de capacidades técnicas ou financeiras de múltiplas empresas que justifique a formação de um consórcio

3.2.6.2. **Otimização da Gestão Contratual e Fiscalização:** A contratação com uma única empresa simplifica o modelo de gestão e fiscalização do contrato. Facilita a comunicação, a atribuição de responsabilidades e a aplicação de sanções, caso necessário, garantindo maior agilidade e eficiência no acompanhamento da execução. A gestão de consórcios pode introduzir camadas adicionais de burocracia e potenciais divergências entre as consorciadas, o que poderia comprometer a pontualidade e a qualidade exigidas.

3.2.6.3. **Capacidade de Atendimento por Empresas Individuais:** O mercado para fornecimento e personalização de materiais de premiação, como troféus e medalhas, é suficientemente abrangente e competitivo, com empresas individuais capazes de atender plenamente às exigências de quantidade, qualidade e prazos estabelecidos neste Termo de Referência. A estimativa de valor total da contratação (R\$ 90.121,65) indica que o porte do contrata está dentro da capacidade de muitas empresas atuando individualmente.

3.2.6.4. **Redução de Riscos Administrativos:** A contratação com uma única entidade mitiga riscos relacionados à solidariedade e à coordenação entre partes que compõem um consórcio, assegurando uma responsabilidade unívoca pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, conforme preconizado pelo Art. 18, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, que requer motivação das regras de participação em consórcio.

3.2.6.5. **Clareza na Prestação de Contas:** Em um modelo de fornecimento não contínuo e com entregas pontuais, a responsabilização de uma única empresa facilita a prestação de contas e a resolução de eventuais problemas, sem a necessidade de intermediar responsabilidades entre consorciadas.

3.2.6.6. A vedação à participação em consórcio, portanto, visa a assegurar a máxima eficiência, a simplificação administrativa, a clareza na atribuição de responsabilidades e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem que isso implique restrição indevida à competitividade.

3.2.7. **Vedação à Subcontratação:** A subcontratação de quaisquer partes do objeto contratual não será permitida. Esta vedação é estabelecida com base no Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que permite ao edital vedar, restringir ou estabelecer condições para subcontratação, e se justifica pelos seguintes motivos:

3.2.7.1. **Essencialidade da Expertise Especializada e Direta:** A contratação de empresa especializada decorre da necessidade específica da Secretaria Municipal de Educação (SME) em itens que exigem design, produção sob demanda, alta personalização e logística especializada, competências que a SME não possui internamente. A subcontratação poderia diluir essa expertise, transferindo a execução de etapas críticas para terceiros não avaliados diretamente pela Administração na fase de licitação.

3.2.7.2. **Garantia de Qualidade e Personalização Detalhada:** Os itens a serem fornecidos (medalhas, troféus, placas) exigem "alta qualidade estética e material" e "personalização detalhada", incluindo logotipos específicos, nomes de eventos, categorias e até mesmo gravação individualizada de nomes. A subcontratação pode dificultar o controle rigoroso sobre esses processos de personalização e acabamento, gerando inconsistências ou falhas que comprometam a dignidade do reconhecimento e a durabilidade dos produtos.

3.2.7.3. **Rigor nos Prazos e Logística de Entrega:** O Termo de Referência enfatiza a criticidade dos "Prazos Rígidos e Variáveis" e a necessidade de pontualidade nas entregas, que ocorrerão em local e data específicas, muitas vezes curtos. A cadeia de subcontratação pode introduzir atrasos, complexidades logísticas e menor controle sobre o cronograma de produção e entrega, colocando em risco o sucesso dos eventos de premiação.

- 3.2.7.4. **Responsabilidade Única e Integral:** Para assegurar a responsabilidade integral do contratado pela execução fiel do objeto e pela reparação de vícios ou defeitos (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021), é fundamental que todas as etapas sejam realizadas diretamente pela empresa contratada. A subcontratação poderia criar ambiguidades na atribuição de responsabilidades, complicando a gestão de eventuais problemas e a busca por soluções eficazes.
- 3.2.7.5. **Manutenção da Relação Contratual Direta:** A relação direta entre a SME e o contratado garante que a empresa que venceu a licitação, e que foi escolhida por sua capacidade e proposta, seja a mesma que executa integralmente o serviço, mantendo a integridade da contratação e a conformidade com as expectativas da Administração.
- 3.2.7.6. A vedação da subcontratação visa, portanto, a garantir o controle total sobre a qualidade, a personalização, a pontualidade e a responsabilização, elementos cruciais para o sucesso desta contratação pública e para a consecução dos objetivos pedagógicos e educacionais da Secretaria Municipal de Educação.
- 3.2.8. **Atendimento ao Princípio do Parcelamento:** Em observância ao princípio do parcelamento, conforme estabelecido no Art. 40, inciso V, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021, e detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Presente contratação poderá ser dividida em itens distintos para medalhas e troféus, caso a análise de mercado assim o justifique para maximizar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da viabilidade técnica e econômica da Execução do objeto. Tal abordagem permite a participação de empresas especializadas em cada segmento, otimizando a aquisição.

4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS

4.1. Especificação Detalhada dos itens:

- 4.1.1. **Qualidade:** Os produtos devem ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, em conformidade com o Art. 20 da NLLC. A qualidade estética e material deve ser compatível com a dignificação do reconhecimento.
- 4.1.2. **Rendimento, Durabilidade e Segurança:** Os materiais devem apresentar bom rendimento no processo de personalização, durabilidade adequada para a sua finalidade como lembrança e serem seguros para manuseio.

4.2. Distribuição dos objetos

| Distribuição dos objetos | | |
|--------------------------|--------------------|------------|
| Gerência | Objeto | Quantidade |
| GERINC | Troféu em acrílico | 150 |
| GEREFU | Troféu em acrílico | 1.400 |
| GEREFU | Placa em acrílico | 20 |
| GERDES | Troféu em acrílico | 45 |
| GERDES | Medalhas | 6.000 |

- 4.3. **Certificação dos Quantitativos:** Certifica-se que a determinação dos quantitativos a serem adquiridos foi realizada com base na estimativa de consumo e utilização prováveis, fundamentada no histórico de eventos e programas educacionais e culturais da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, bem como na projeção de alunos e equipes a serem premiados no período de vigência do contrato. Esta estimativa considera o calendário anual de atividades e as necessidades departamentais, configurando uma técnica adequada para o planejamento da demanda, em conformidade com o Art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O Contratado deverá executar o objeto do contrato de forma a garantir a produção e a entrega dos materiais de premiação com a qualidade, personalização e pontualidade exigidas, **atendendo a cada solicitação da SME com uma entrega única e completa dos itens demandados.**
- 5.1.1. **Modelo de Entrega:** A entrega dos itens será realizada **sob demanda**, mediante a emissão de Ordens de Serviço pela SME. Para cada Ordem de Serviço emitida, a entrega dos itens e as quantidades nela solicitados deverá ser **realizada de forma única e integral**, sem fracionamento da remessa. Cada Ordem de Serviço detalhará os itens específicos, as quantidades, as especificações de personalização, o local e a data de entrega, conforme a necessidade dos programas educacionais e culturais da Secretaria. Este modelo permite o ajuste às demandas variáveis da Administração, otimizando o estoque e garantindo a adequação dos materiais aos eventos específicos, ao mesmo tempo em que assegura a completude de cada solicitação específica.
- 5.2. A forma de execução (responsabilidade pelo escopo contratual) será **Total/ Global**, conforme DFD (7261774), significando que o Contratado será integralmente responsável por todas as etapas da produção e entrega dos materiais, conforme o escopo definido.
- 5.3. O processo de execução incluirá, no mínimo, as seguintes etapas:
- 5.3.1. **Recebimento da Ordem de Serviço:** A SME emitirá ordens de serviço detalhando os itens, quantidades, especificações de personalização (incluindo as artes e logomarcas), local e data de entrega. A efetivação e o cumprimento dessas Ordens de Serviço serão os balizadores para o acompanhamento, avaliação e atestação dos materiais fornecidos.
- 5.3.2. **Desenvolvimento de Layouts/Provas:** O Contratado deverá, quando solicitado, apresentar layouts ou provas virtuais dos itens personalizados para aprovação da SME antes do início da produção.
- 5.3.3. **Produção:** Fabricação dos troféus, placas e medalhas conforme as especificações e personalização aprovadas, utilizando materiais de qualidade e técnicas adequadas para garantir a durabilidade e o acabamento estético.
- 5.3.4. **Controle de Qualidade:** Realização de verificações de qualidade durante e após o processo de produção para assegurar que os produtos estejam em conformidade com as especificações e livres de defeitos.
- 5.3.5. **Embalagem:** Os itens deverão ser embalados de forma adequada para garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento.
- 5.3.6. **Entrega:** Distribuição dos materiais no local e data indicados pela SME, com logística especializada para atender aos cronogramas dos eventos, no endereço da Gerência de Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura de Goiânia, ou outros local indicado em Ordem de Serviço.
- 5.4. O Contratado será responsável por todos os insumos, equipamentos, mão de obra e licenças necessários para a execução do objeto contratual.
- 5.5. **Cronograma de Entregas (Previsão):** Para fins de planejamento e gestão, a previsão de demanda e distribuição dos objetos para o período de vigência do contrato, até novembro de 2026, é a seguinte. É importante ressaltar que as entregas efetivas serão formalizadas e detalhadas por meio de Ordens de Serviço, considerando as necessidades específicas e os prazos dos eventos, favorecendo o acompanhamento, a avaliação e atestação dos materiais:

| Distribuição dos objetos | | | |
|--------------------------|--------------------|------------|------------------|
| Gerência | Objeto | Quantidade | Previsão |
| GERINC | Troféu em acrílico | 150 | Novembro de 2026 |
| GEREFU | Troféu em acrílico | 1.400 | Novembro de 2026 |
| GEREFU | Placa em acrílico | 20 | Novembro de 2026 |
| GERDES | Troféu em acrílico | 45 | Novembro de 2026 |
| GERDES | Medalhas | 6.000 | Maio de 2026 |

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. **Acompanhamento e Fiscalização:** O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão realizados pelo respectivo fiscal e gestor designados, conforme atribuições previstas no Decreto Municipal nº 963, de março de 2022. Além das atribuições dispostas no referido Decreto, e em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o Fiscal do contrato (Elisangela Maria de Oliveira, Matrícula: 848280-4, conforme DFD) e o gestor deverão, no mínimo:
- a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do Art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
 - b) Informar a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme Art. 117, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
 - c) Realizar a conferência da quantidade e qualidade dos itens entregues, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, estéticas e de personalização detalhadas neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço emitidas.
 - d) Emitir os atestos de recebimento provisório e definitivo, conforme os procedimentos estabelecidos no item 11.3 deste TR e no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
 - e) Acompanhar o cumprimento dos prazos de produção e entrega estabelecidos nas Ordens de Serviço, reportando eventuais atrasos ou inconformidades.
 - f) Propor a aplicação de sanções, glosas ou a rescisão contratual à autoridade competente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, conforme as condições estabelecidas neste Temo de Referência e no Contrato.
- 6.2. **Forma de Comunicação:** As comunicações entre a SME (por meio do fiscal e gestor do contrato) e o Contratado deverão ser formalizados por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail institucional, sistema eletrônico de gestão de contratos ou plataforma de comunicação oficial a ser definida no contrato), registrando-se o histórico de todas as interações, solicitações de ajustes, providências adotadas e notificações. Este procedimento garante a transparência e a rastreabilidade das informações, contribuindo para a eficaz gestão contratual.
- 6.3. **Responsabilidades do Contratado no Modelo de Gestão:** O Contratado deverá manter um preposto aceito pela Administração, com poderes para representá-lo na execução do contrato e solucionar eventuais questões, garantindo um canal de comunicação eficaz e ágil, conforme Art. 118 da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, o Contratado deverá permitir à SME a realização de bisitas técnicas e inspeções me suas intalações, quando solicitado, para verificar a capacidade de produção, os processos e o cumprimento das condições técnicas e de qualidade dos materiais.
- 6.4. **Hipóteses de Sanção, Glosa e Rescisão Contratual:** O Modelo de Gestão do Contratao prevê a aplicação de sanções administrativas, glosas e a possibilidade de rescisão contratual em caso de inexecução total ou parcial do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. As condições para tais medidas serão detalhadas no Edital e no Contrato, garantindo a previsibilidade de rescisão contratual em caso de inexecução total ou parcial do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. As condições para tais medidas serão detalhadas no Edital e no Contrato, garantindo a previsibilidade e a segurança jurídica:
- a) **Sanções Administrativas:** Serão aplicadas as sanções administrativas previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que incluem advertência, multa (de 0,5% a 30% do valor do contrato, conforme Art. 156, §3º), impedimento de licitar e contratar (até 3 anos, conforme Art. 156, §4º), e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (de 3 a 6 anos, conforme Art. 156, §5º), de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida pela Contratada.
 - b) **Glosa:** Em caso de não conformidade, vícios ou defeitos nos produtos ou serviços entregues, bem como quantidades divergentes das solicitadas, a Administração poderá efetuar glosas nos pagamentos devidos, após regular notificação e oportunidade de saneamento por parte da Contratada.
 - c) **Rescisão Contratual:** O contrato poderá ser rescindido, nos termos do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração em hipóteses como não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou cláusulas contratuais, desatendimento de determinações do fiscal, ou outras situações previstas em lei e no próprio contrato. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada. A rescisão também poderá ocorrer de forma consensual, por acordo entre as partes, ou por decisão judicial/arbitral, conforme Art. 138 da NLLC.
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
- 7.1. **Medição:** A medição dos serviços será realizada por meio da verificação da efetiva entrega e aceitação dos itens solicitados em cada ordem de serviço, com base nos quantitativos e especificações definidos. Esta verificação incluirá a conformidade com as especificações técnicas, estéticas, de personalização e as quantidades requisitadas.
- 7.2. **Critérios de Pagamento:** O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, após a conclusão da mediação e recebimento definitivo dos itens solicitados em cada Ordem de Serviço, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da Nota Fiscal/fatura, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. **Reajuste de Preços:** Não haverá reajuste de preços durante o período de vigência inicial de 12 (doze) meses do contrato, uma vez que o objeto da contratação é caracterizado como fornecimento não contínuo e os valores foram estabelecidos com base em pesquisa de mercado atualizada. Qualquer eventual revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro será tratado conforme o disposto no Art. 131 da Lie nº 14.133/2021, em caso de eventos imprevisíveis e onerosos, ou em prorrogações contratuais, se estas se mostrarem vantajosas e forme permitidas, conforme Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 8.1. **Critério de Julgamento:** Considerando que o objeto da contratação envolve a aquisição de medalhas e troféus, que são bens com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado – ainda que personalizados -, o critério de julgamento a ser adotado será o de **Menor Preço**. Este critério é o mais adequado para garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a qualidade desejada a um custo otimizado, em conformidade com o

Art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Modalidade de Licitação: Em alinhamento com a natureza do objeto, classificado como bens comuns, a modalidade de licitação a ser utilizada será o **Pregão Eletrônico**. O Art. 29 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o pregão deve ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos, como é o caso dos itens a serem adquiridos. Essa modalidade é reconhecida por usa celeridade e eficiência na promoção da competitividade e na busca pela proposta mais vantajosa.

8.3. Modo de Disputa: O processo licitatório adotará o modo de disputa **aberto-fechado**.

8.3.1. Justificativa para a escolha: A seleção do modo de disputa “aberto-fechado” (também conhecido como “aberto com etapa fechada”) é justificada pela intenção de combinar os benefícios da transparência e da competitividade intensificada do modo aberto com a possibilidade de os licitantes apresentarem sua melhor e última oferta em um ambiente mais reservado. Inicialmente, a fase aberta permitirá que os participantes visualizem os lances dos concorrentes em tempo real, estimulando uma redução progressiva dos preços até um patamar altamente competitivo. Após essa etapa de lances abertos, a transição para a fase fechada, restrita aos licitantes que apresentaram as melhores propostas dentro de um determinado percentual da menor oferta, incentiva a apresentação de propostas finais e otimizadas. Este formato garante que a Administração Pública receba a proposta verdadeiramente mais vantajosa, uma vez que os licitantes são incentivados a ofertar seus menores preços sabendo que terão uma última oportunidade de melhorá-los sem a influência direta dos demais, conforme a permissão do Art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que possibilita a utilização dos modos de disputa de forma isolada ou conjuntamente.

8.4. Qualificação Técnica e Habilitação: Os requisitos para qualificação e habilitação dos licitantes, indispensáveis para garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais e a seleção de um fornecedor apto, serão os seguintes, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

8.4.1. Habilitação Jurídica: Serão exigidos os documentos necessários para verificação da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, adotados como padrão no edital, de acordo com o art. 66 da Lei nº 14.133/2021. Incluirá, minimamente, registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e decreto de autorização, se aplicável.

8.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: Serão considerados os documentos dispostos no edital em consonância com o Art. 68 da Lie 14.133/2021, compreendendo prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou Jurídica (CPF/CNPJ), prova de regularidade fiscal (Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal), prova de regularidade junto ao FGTS e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

8.4.3. Qualificação Técnica: Será exigida comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de:

8.4.3.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares de fornecimento e personalização de materiais de premiação (medalhas, troféus, placas em acrílico), em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto.

8.4.4. Qualificação Econômico-Financeira: Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.4.5. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de medalhas com fornecimento imediato e sem complexidade técnica relevante, bem como a baixa materialidade e o reduzido risco de inadimplemento contratual, entende-se desnecessária a exigência de comprovação de capacidade econômico-financeira por meio de balanço patrimonial ou índices contábeis. A medida observa os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, em consonância com o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com o regime de habilitação previsto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à competitividade e favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, e o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem a necessidade de que os valores orçados sejam compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

9.2. Metodologia de Estimativa: Conforme detalhado na Planilha de Formação de Preços (7934649), o valor estimado foi apurado a partir de cotações de preços obtidas com 4 (quatro) fornecedores (Pessoa Jurídica) e 2 (duas) pesquisas adicionais na internet. Para a composição do valor médio unitário de cada item, foram considerados valores homogêneos, excluindo-se aqueles considerados excessivamente elevados, visando à obtenção do preço mais vantajoso e alinhado com a realidade de mercado.

9.3. Valores Estimados: A estimativa total da contratação é de **R\$ 90.121,65 (noventa mil cento e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos)** . Abaixo, segue o detalhamento dos valores médios e totais por item, conforme apurado:

| Item | Qtd | Descrição | Valor Médio Unitário | Valor Médio Total |
|----------------------|-------|--|----------------------|-------------------|
| 1 | 150 | Troféu (placa) em acrílico 20 x 15 cm | R\$ 24,00 | R\$ 3.600,00 |
| 2 | 1.400 | Troféu em acrílico transparente 15 cm altura | R\$ 24,69 | R\$ 34.566,00 |
| 3 | 20 | Placas em acrílico transparente 210 x 297 mm | R\$ 125,00 | R\$ 2.500,00 |
| 4 | 45 | Troféus personalizados em acrílico (ouro, prata, bronze) | R\$ 46,57 | R\$ 2.095,65 |
| 5 | 2.000 | Medalhas de ouro personalizado em acrílico | R\$ 8,04 | R\$ 16.080,00 |
| 6 | 2.000 | Medalhas de prata personalizado em acrílico | R\$ 7,97 | R\$ 15.940,00 |
| 7 | 2.000 | Medalhas de bronze personalizado em acrílico | R\$ 7,67 | R\$ 15.340,00 |
| Valor Total Estimado | | | | R\$ 90.121,65 |

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS

10.1. A contratação possui dotação orçamentária disponível, devidamente indicada no processo, garantindo a cobertura das despesas decorrentes da execução do contrato, em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A previsão no Plano de Contratação Anual (PCA) confirma o respaldo institucional e alinhamento com o Planejamento da Administração (7398193).

10.3. Para o exercício financeiro de 2026, as seguintes dotações orçamentárias foram informadas e aprovadas para cobrir as despesas relativas a esta contratação.

10.3.1. **2026.1750.12.361.0098.2017.33903000 101 526 1500 1001**

10.3.2. **2026.1750.12.365.0065.2014.33903000 101 526 1500 1001**

10.3.3. **2026.1750.12.366.0098.2168.33903000 101 526 1500 1001**

10.3.4. **2026.1750.12.367.0098.2080.33903000 101 526 1500 1001**

11. LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA

11.1. **Local de Entrega:** As entregas dos produtos deverão ser realizadas na **Gerência de Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura de Goiânia, localizada na Rua 74, número 522, quadra 129, Setor Central, CEP: 74.045.020, Goiânia/GO**, ou em outras unidades educacionais ou local indicado pela SME, conforme detalhado em cada ordem de serviço.

11.2. **Prazos de Entrega:** Os prazos de entrega serão estabelecidos em cada ordem de serviço, considerando a urgência e a data de realização dos eventos. O Contratado deverá atender rigorosamente a esses prazos, sendo a pontualidade um fator crítico para o sucesso da contratação. A previsão de entrega para os itens é até novembro de 2026.

11.3. Regras para Recebimento:

11.3.1. **Recebimento Provisório:** Será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (fiscal do contrato), mediante conferência sumária da quantidade e conformidade aparente dos produtos com o solicitado na ordem de serviço, no ato de entrega.

11.3.2. **Recebimento Definitivo:** Será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação detalhada da qualidade, personalização e conformidade dos produtos com todas as exigências contratuais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado.

11.3.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se estiver em desacordo com o contrato, conforme Art. 140, § 1º, da NLLC.

12. GARANTIA EXIGIDA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. **Garantia:** Será exigida uma garantia mínima de 90 (noventa) dias contra vícios de fabricação e defeitos de material e/ou personalização, a contar da data do recebimento definitivo de cada item de produção. O Contratado será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. **Manutenção e Assistência Técnica:** Dada a natureza dos produtos (troféus, medalhas e placas), não será exigida assistência técnica ou manutenção contínua após a entrega definitiva, além da garantia contra defeitos de fabricação. Qualquer problema identificado dentro do período de garantia deverá ser resolvido pelo Contratado mediante substituição ou reparo do item defeituoso, sem ônus para a Administração.

13. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E BOAS PRÁTICAS

13.1. A presente contratação observará as diretrizes do Programa Licitação Sustentável, instituído pela Lei nº 9.645/2015 do Município de Goiânia, buscando fomentar práticas ambientalmente responsáveis.

13.2. O Contratado deverá, no que couber, adotar práticas que favoreçam a sustentabilidade ambiental, como o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis, conforme o Art. 26, inciso II, da NLLC, e outros requisitos ambientais que a Administração venha a especificar.

13.3. As embalagens utilizadas para o transporte e entrega dos produtos deverá ser as mais sustentáveis possíveis e garantir a integridade dos itens.

14. PADRONIZAÇÃO

14.1. A Secretaria Municipal de Educação busca a padronização e a consistência visual dos materiais de premiação ao longo do tempo. O processo de padronização incluirá o parecer técnico sobre o produto, as especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, conforme Art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O Contratado deverá seguir rigorosamente os padrões de design, cores e logomarcas fornecidos pela SME, garantindo a uniformidade e a identidade visual dos itens.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Realizar o pagamento ao Contratado nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

15.2. Fornecer as informações, artes e logomarcas necessárias para a personalização dos itens, em formato adequado e dentro dos prazos compatíveis com o cronograma de produção e entrega.

15.3. Aprovar os layouts e provas apresentados pelo Contratado dentro dos prazos acordados, a fim de não prejudicar o cronograma de produção.

15.4. Fiscalizar a execução do contrato, orientando e acompanhando as entregas e a qualidade dos produtos.

15.5. Realizar os recebimentos provisório e definitivo dos produtos, conforme as regras estabelecidas no item 11.3 deste Termo de Referência.

15.6. Prestar as informações e esclarecimentos necessário ao Contratado para a correta execução do objeto.

15.7. Não retardar imotivadamente a execução do contrato, garantindo as condições para o cumprimento do objeto.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. Executar o objeto contratado fielmente, conforme as especificações, quantitativos, prazo e local de entrega definidos neste Termo de Referência, no contrato e nas Ordens de Serviço

16.2. Garantir a qualidade dos materiais e da personalização, assegurando que os produtos estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as especificações da SME.

- 16.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas (conforme Art. 121 da Lei nº 14.133/2021).
- 16.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.6. Manter um preposto aceito pela Administração no local da execução ou à disposição para representá-lo na execução do contrato, conforme Art. 118 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.7. Ser integralmente responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante exclua ou reduza essa responsabilidade, conforme Art. 120 da Lei nº 14.133/2021
- 16.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, conforme Art. 92, inciso XVII, e Art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Este Termo de Referência, junto com seus anexos, fará parte integrante e indissociável do Edital e do Contrato.
- 17.2. **Certificação de Condições de Aquisição e Pagamento:** A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia certifica, para os fins do Art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que as condições de aquisição e pagamento estabelecidas neste Termo de Referência são compatíveis com aquelas praticadas no setor privado para bens e serviços de natureza similar, garantindo a vantajosidade para a Administração Pública sem impor ônus excessivos aos licitantes.
- 17.3. **Justificativa para Não Utilização de Sistema de Registro de Preços:** A não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta contratação se justifica pela natureza específica do objeto e pela necessidade de alta personalização e entregas sob demanda frequente e padronizada, a especificidade do design, a customização detalhada (com logotipos, nomes, datas) e a particularidade de cada evento de premiação tornam o modelo de contratação direta por demanda, com base em Ordens de Serviço, mais adequado para garantir a flexibilidade e a adequação necessárias, conforme previsto no Art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Termo de Referência Elaborado por:

Arthur Araújo Amui
Profissional de Educação II

Marco Túlio Esteves Silva
Gerente de Compras, Contratos e Convênios

Natália Sousa Nazareth
Profissional de Educação II

Alessandro Araújo Medeiros
Diretor Administrativo

Aprovado por:

Giselle Pereira Campos Faria
Secretária Municipal de Educação

| | | |
|---|-----|-------|
| ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA | | |
| PROPOSTA DE PREÇOS | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| DADOS DO FORNECEDOR | | |
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| NOME FANTASIA: | | CNPJ: |
| ENDEREÇO: | | |
| MUNICÍPIO: | UF: | CEP: |
| REPRESENTANTE LEGAL: | | CPF: |

| | | | |
|-------------------------|--|---------------------|--------------------|
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL: | | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| TELEFONE COMERCIAL: () | | E-MAIL: | |
| DADOS PARA PAGAMENTO | | | |
| BANCO: | | AGÊNCIA: | Nº CONTA CORRENTE: |

| PROPOSTA DE PREÇOS | | | | | |
|--------------------|--|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO BEM | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
| 1 | INDICAÇÃO DO NÚCLEO DO ITEM A <u>Licitante</u> deverá apresentar descrição sucinta do item ofertado, com principais características, <u>sob pena de não aceitação da proposta</u> | indicar | indicar | | |
| 2 ... | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | |

A proponente DECLARA, ainda, sob as penas da lei:

a) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b) Que estão incluídos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

c) Que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Prefeitura Municipal de Goiânia.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: xxxx(xxxxxxxxxx) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

DATA: XX/XX/XXXX

Representante legal

| OBSERVAÇÕES |
|--|
| ➔ Somente serão admitidas propostas com valores unitários e totais que estejam dentro dos limites máximos estimados no Termo de Referência. ➔ Caso a licitante convocada para apresentação de proposta ajustada tenha sido a melhor classificada em mais de um item ou lote, poderá enviar proposta única, contendo todos os dados exigidos em edital para cada um dos itens/lotes que lhe sejam aplicáveis. ➔ Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor, sob pena de desclassificação. O fornecedor, portanto, poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis. |

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

C O N T R A T O Nº...../2026

Contrato para fornecimento de medalhas, troféus e placas em acrílico, incluindo serviços de design, produção sob demanda, personalização e logística especializada, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Educação e a empresa _____, nas cláusulas e condições que se seguem:

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Rua _____ nº _____ – Setor _____ – Goiânia-GO - CEP. _____, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo **Secretário, Sr.** _____, brasileiro, casado, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, e a empresa....., pessoa jurídica de direito privado....., com seus atos constitutivos registrados no(a)....., sediada em....., na..... inscrita no CNPJ/MF, sob o nº....., Inscrição Estadual nº....., neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr....., Identidade nº....., CPF nº.....(qualificação) doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 966/2022, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislações pertinentes, o contrato **XXXXXX**, Processo nº **25.24.000021514-5**, PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. **Contratação de empresa para fornecimento de medalhas, troféus e placas em acrílico, incluindo serviços de design, produção sob demanda, personalização e logística especializada, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento contratual, no Edital Pregão Eletrônico nº 90009/2026 e seus Anexos.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

2.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 2.1.1. Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente Contrato;
- 2.1.2. Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026, Termo de Referência e demais anexos, que são parte integrante deste instrumento independente de transcrições**, especificações, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;
- 2.1.3. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 2.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços, nos termos do artigo 125 da Lei n.14.133/2021.
- 2.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 2.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 2.1.7. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 2.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI da Lei nº 14.133/21;
- 2.1.9. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido;
- 2.1.10. Disponibilizar os objetos de forma parcelada de acordo com as necessidades do Município de Goiânia.
- 2.1.11. A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos objetos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Edital de licitação.
- 2.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 2.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 2.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 2.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

2.2. A CONTRATANTE se compromete a:

- 2.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o artigo 117, da Lei 14.133/21, bem como o art. 13, I, "b", da IN n. 09/2023 do TCM, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás **e do art. 12 do Decreto Municipal nº 963/2022.**
- 2.2.2. O fiscal do contrato acima mencionado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º da Lei 14.133/21
- 2.2.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2º da Lei 14.133/21.
- 2.2.4. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos;
- 2.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula quarta.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. A vigência do Contrato será de **12 (doze)** meses contados a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

4.1. DO PRAZO DO PAGAMENTO:

- 4.1.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias através de Ordem de Pagamento, após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente.

4.2. DA LIQUIDAÇÃO:

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta Cláusula, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal no 14.133/2021.

4.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

4.2.3.1. O prazo de validade;

4.2.3.2. A data da emissão;

4.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

4.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

4.2.3.5. O valor a pagar; e

4.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

4.2.4.1. A apresentação e protocolização da Nota Fiscal ou Fatura e a juntada da documentação pertinente são de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal no 14.133/2021, exigida no edital.

4.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

4.2.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

4.2.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

4.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

4.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

4.3. DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará a **CONTRATADA** o valor correspondente aos produtos, sendo que o valor total do contrato é de R\$ _____ (valor por extenso).

4.3.1. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes da execução do contrato, tais como: mão-de-obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

4.4. DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa, nos termos do Decreto 4.387/2021.

4.4.1. Caso a empresa vencedora não possua conta corrente no banco que centraliza a movimentação financeira do Município, os custos de transferência bancária serão arcados pela empresa, conforme tabela de serviços bancários.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em virtude de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5.1. ATRASO DE PAGAMENTO: No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

4.5.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

4.5.3. REAJUSTE: Não haverá reajuste de preços durante o período de vigência inicial de 12 (doze) meses do contrato, uma vez que o objeto da contratação é caracterizado como fornecimento não contínuo e os valores foram estabelecidos com base em pesquisa de mercado atualizada. Qualquer eventual revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro será tratado conforme o disposto no Art. 131 da Lei nº 14.133/2021, em caso de eventos imprevisíveis e onerosos, ou em prorrogações contratuais, se estas se mostrarem vantajosas e forme permitidas, conforme Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.4. Quando da formalização do reajuste deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto nº 5201/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
- 5.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.
- 5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3.1. A fiscalização será de competência e responsabilidade do órgão solicitante.
- 5.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.5. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.6. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso., bem como o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 5.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.9. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado.
- 5.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.
- 5.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. outras atividades compatíveis com a função.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. A classificação das despesas dar-se-á a conta de **Dotação Orçamentária nº**

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E MULTA

- 7.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 7.2. A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.
- 7.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.3.1. advertência;
- 7.3.2. multa;
- 7.3.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 7.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 7.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 7.4.5. A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.
- 7.5. A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 7.5.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- 7.5.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

- 7.5.3.** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 7.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:
- 7.6.1.** Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.6.2.** Inexecução total do contrato nas hipóteses:
- 7.6.2.1.** Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- 7.6.2.2.** Recusa injustificada do adjudicatário em assinar a, o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.
- 7.6.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de contratação(a) durante o certame;
- 7.6.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.6.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- 7.6.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 7.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 7.7.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.7.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.7.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 7.7.3.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 7.7.3.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 7.7.3.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 7.7.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- 7.7.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.8.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:
- 7.8.1.** Para as infrações previstas nos itens 7.6.3, 7.6.4 e 7.6.5, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 7.8.2.** Para as infrações previstas nos itens 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 7.9.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.10.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.6.3, 7.6.4 e 7.6.5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.
- 7.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.16.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 7.17.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/.
- 7.18.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos contratados, conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 90009/2026 e das seguintes disposições:

8.2. A Comissão de Recebimento de Objeto deverá atestar a qualidade do objeto, mediante recibo, devendo rejeitar qualquer produto que esteja em desacordo com o especificado no Edital.

8.3. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado, em perfeitas condições conforme a proposta apresentada, dentro do horário estabelecido pela CONTRATANTE.

8.4. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 c/c o art. 18, inciso II, da IN nº 004/2022 SEMAD, mediante recibo, o objeto deste Contrato será recebido:

I - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.4.1. O responsável pelo recebimento provisório é proibido de receber definitivamente ou participar de comissão designada para o recebimento definitivo do objeto contratado;

8.4.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações definidas em edital para as compras que se utilizem de outro instrumento.

8.4.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

8.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária a posteriori. Deverão ser substituídos os materiais que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.

8.5. É vedado à contratada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Será exigida uma garantia mínima de 90 (noventa) dias contra vícios de fabricação e defeitos de material e/ou personalização, a contar da data do recebimento definitivo de cada item de produção. O Contratado será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. **Manutenção e Assistência Técnica:** Dada a natureza dos produtos (troféus, medalhas e placas), não será exigida assistência técnica ou manutenção contínua após a entrega definitiva, além da garantia contra defeitos de fabricação. Qualquer problema identificado dentro do período de garantia deverá ser resolvido pelo Contratado mediante substituição ou reparo do item defeituoso, sem ônus para a Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o item 11.2 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Na hipótese prevista no item 11.4, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria;

11.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato; e

11.6.3. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter créditos neste contrato para pagamento de contratos já extintos/finalizados;

11.7. Aplica-se à extinção do contrato a seção VI da IN nº 04/2022/SEMAD.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 12.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- 12.2.1. A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei 13.709/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com a CONTRATANTE.
- 12.3. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
- 12.3.1. CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
- 12.3.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
- 12.3.3. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 12.3.4. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 12.4. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a CONTRATANTE está exposto.
- 12.4.1. A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
- 12.5. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.
- 12.5.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.
- 12.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitada, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.
- 12.6. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação.
- 12.6.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.
- 12.7. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.7.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
- 12.8. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.
- 12.9. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.
- 12.9.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 12.10. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.
- 12.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE para as finalidades pretendidas neste contrato.
- 12.12. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTRATANTE.
- 12.12.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

- 13.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, conforme previsto no §1º do art. 54 da Lei n. 14.133/21, bem como no Diário Oficial do Município de Goiânia.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA APRECIAÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

- 14.1. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela **Controladoria Geral do Município** e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o **artigo 3º da IN nº 012/2018 do TCM**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 e seus Anexos, o estudo técnico preliminar, a Proposta da CONTRATADA datada de __/__/__, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 966/2022.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

17.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF

RG



Documento assinado eletronicamente por **Adonídio Neto Vieira Junior, Secretário Municipal de Administração**, em 07/05/2026, às 09:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ruty Maria dos Santos, Gerente de Pregões**, em 11/05/2026, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **9938533** e o código CRC **D0FF3DC9**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000021514-5

SEI Nº 9938533v1